

3

**O PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA ANALÍTICA
ANTROPOLÓGICA**

A CIDADE: SEDE DE SENTIDOS

Ana Luiza Carvalho da Rocha
Cornelia Eckert

A concepção simmeliana de cidade moderna (SIMMEL, 1979) orienta a concebê-la a partir das formas e dos gestos humanos na condição da fugacidade e da efemeridade do tempo que ritma o viver urbano. É notável que Georg Simmel, justamente o maior estudioso de todos os tempos da cidade moderna em suas dinâmicas sociais de destruição e de transformação, tenha destacado o que é da duração e da eternidade neste cenário. Há para Simmel, nas formas da cidade, na emergência das relações sociais interativas que criam e agem, uma adjudicação de sentido, de modo que, na contingência do tempo, algo se eterniza. Neste sentido, a cidade é concebida como fenômeno que encerra um espaço humanizado singular que acomoda os valores éticos e morais coletivos profundamente enraizados no trajeto antropológico.

Para o autor, há aqui a reconciliação entre as oposições mais prementes do viver urbano: a cultura objetiva e a cultura subjetiva – uma reconciliação no tempo e no espaço social na cidade, enfocadas enquanto formas simbólicas que encobrem uma construção de sentido para o mundo.

Somos tributários, em nossa “arte de pensar” o mundo e o tempo, das imensas rupturas e descontinuidades provocadas por revoluções tecnológicas e científicas do século XX. Não é ao acaso que se constata que a abordagem etnográfica e social dos bens patrimoniais tangíveis e intangíveis reflete sobre a vida e sobre a matéria, atribuindo ao desejo de conhecer dos habitantes das grandes cidades o ato de interagir com a sua história. Em antropologia urbana, a vontade de viver a cidade moderna, urbano-industrial, comporta, para os seus habitantes, o ato de narrar suas histórias vividas neste espaço – histórias que apontam

para as diferenças e alteridades que constituem uma comunidade urbana.

Esta perspectiva nos permite enriquecer o debate em torno de bens culturais tangíveis e intangíveis no corpo de uma reflexão conceitual maior sobre uma política de preservação cultural em Porto Alegre. Concebemos esta cidade na forma das motivações simbólicas do homem ocidental no plano do mito das “harmonias econômicas”, resultado da configuração espacial moderna urbano-industrial em que co-existem grupos sociais, de culturas, de línguas, de religiões, de idades e de atividades humanas diversificadas.

A cidade, aqui enfocada como território enraizador da pluralidade e da heterogeneidade étnica, social e cultural humana, guarda em si mesma uma dimensão patrimonial intangível, herança dos mitos de origem da Europa ocidental.

Neste artigo, trazemos uma análise sobre a representação coletiva dos tempos em Porto Alegre perscrutando estes rastros que harmonizam uma rítmica do viver urbano na trajetória de vida de seus habitantes, a partir de um estudo de caso: o patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Campus Centro) e da memória acomodada neste território-mito, como bem intangível¹.

No curso do tempo: memória e duração

A cidade que vivenciamos hoje como espaço fantástico, tributária da imaginação criadora do homem ocidental, adere às motivações simbólicas de diferentes civilizações que modelam os arranjos espaciais. Da Grécia aos dias atuais, a cidade encerra problemas morais e políticos os mais diversos, balizados por três grandes eixos de construção de sentido: a alma individual, a cidade ideal e o discurso filosófico.

¹ O conjunto de prédios históricos da UFRGS, projeto aprovado pelo Ministério da Cultura em 1999, integra o Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul pela lei 1.525, de 15/09/2000. Este projeto recebeu várias prorrogações – 2000, 2001, 2003, 2004, 2005 e 2006. Para estas duas últimas prorrogações é que este laudo foi realizado. Compõem os prédios históricos do Campus Centro prédios já reformados que relacionamos a seguir bem como o período de sua construção: Castelinho (1906-1908), Chateau (1906-1908), Observatório Astronômico (1906-1908), Faculdade de Direito (1908-1910), Rádio da Universidade (1920-1921) e Museu da UFRGS (1910-1913). Os prédios com restauração ainda não concluída são: Escola Engenharia (1898-1900), Instituto Eletrotécnico (1906-1910), Instituto Parobé (1924-1928), Faculdade de Medicina (1912 a 1914 e 1919 a 1924) e Instituto de Química (1922-1924). Ver <http://www.predioshistoricos.ufrgs.br>.

Pensadores como Platão e Aristóteles contrapunham-se, em seus discursos sobre a utopia urbana, na forma como concebiam a cidade, mas convergiam no momento em que apresentavam a *Polis* como palco de reflexão de uma teoria ética e política traduzível na construção pedagógica de um arranjo de vida social (ASSAY & SCHOONBRODT, 1989).

Na Idade Média, sob a influência da revolução copernicana, a cidade se apresenta na “ausência de ordem”, configurando-se posteriormente, na Renascença, enquanto um lugar onde a memória histórica de uma comunidade aponta para a captura de sua alma, expressão do *genius loci*. Na trilha das descobertas de Galileu acerca das leis cósmicas, a cidade se transforma, sendo vista sob a perspectiva do plano conceitual e paradigmático de suas produções, tendo o palácio real como centralidade organizadora².

Quando despontam os primeiros raios luminosos do período da Ilustração no Ocidente moderno, a cidade já fornecia, portanto, aos filósofos, pensadores e intelectuais um conjunto de valores ético-morais espacialmente delimitados em termos da feição de um território de vida coletiva – lugar onde se depositaram lentamente diferentes instituições humanas e para as quais foi atribuída uma pluralidade de sentidos acerca da natureza dos vínculos sociais.

As modernas sociedades urbano-industriais guardam em si bens intangíveis justamente naquilo que abrigam de motivações simbólicas de seus habitantes, lugar de enraizamento de valores éticos e morais de liberdade, de igualdade e de fraternidade, construídos na retomada das “lembranças históricas” no centro da memória coletiva da civilização ocidental e de seus paradigmas acerca das formas e dos arranjos da vida em sociedade.

Nas trilhas difusas do cenário pós-moderno, a cidade recentemente veicula discursos sobre processos de criação, fabricação e acumulação de capital financeiro e cultural que não seguem mais o ritmo do espaço-tempo urbano fechado sobre si mesmo, mas a um espaço-tempo desterritorializado, “sede das trocas monetária, da divisão

² Ver a respeito a obra de Norberg-Schulz: El significado en la arquitectura occidental, Buenos Aires, Summa, 1980, em que o autor, analisando a arquitetura do renascimento, tece comentários sobre o espaço espiritualizado da Idade Média e a sua passagem para uma concepção de espaço como ordem concreta e geométrica.

do trabalho, da crescente racionalização do mundo social” (SIMMEL, 1979: 67).³

Mas, como ensaia Simmel, há o “outro” das cidades modernas: as velhas cidades, em que emerge a atmosfera estética, onde o “outro” tem a dimensão de ser a “cidades dos homens e do ritmo dos homens” (SIMMEL *apud* WAIZBORT, 2000: 508). Temos aqui uma estratégia de apreender a cidade na sua forma tradicionalmente concebida a partir do caráter monumental de seus componentes, cujas construções, acolhendo o passado de um povo, falam de território de armazenagem de homens e de coisas – cidade que reúne e colhe a diversidade numa unidade espacial, lugar que encerra trabalho, criação e ação humana.

Nesta empreitada, a experiência do trabalho antropológico na cidade moderna através de etnografias desenvolvidas na linha de pesquisa definida por Antropologia Urbana no Brasil tem tratado de conceber, a partir do trabalho da memória e com a memória, o que a cidade preserva e valoriza como bens culturais, porque nisto se desvenda a expressão dos mitos de fundação das comunidades urbanas no Ocidente, reunindo lendas, crenças, saberes, fazeres, histórias, tradições... e utopias.

A existência do patrimônio material e o reconhecimento de patrimônios imateriais por parte das políticas públicas permitem o conhecimento dos habitantes citadinos de seus percursos históricos e promovem a consciência do viver social – uma consciência coletiva que não só depende da memória construída, mas contribui para a memória social e coletiva dos cidadãos. Como afirmava Píndaro, “o homem é um ser que esquece”, sobretudo se esquece de si mesmo, de reiterar uma imagem de si na riqueza das interações de reciprocidade humana. Neste ponto, o tema do “fantasma do esquecimento”, tão caro à obra do filósofo alemão Walter Benjamin, anuncia, de forma comovente, o sentimento de “crise da civilização” que se manifesta na crise epistemológica das “ciências do homem” geradas no mundo contemporâneo.

³ Ver, por exemplo, a forma como a cidade se apresenta na obra de Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Podem-se percorrer os comentários de Walter Benjamin sobre a poesia de Baudelaire e de Simmel sobre a tragédia da cultura como paradigmáticos de todo um pensamento sobre a cidade contemporânea.

Parte integrante do dispositivo simbólico humano, como a linguagem e a técnica, a cidade moderna apresenta variações em torno de um mesmo motivo: a domesticação do tempo e do espaço através de símbolos. Assim, se em certos centros urbanos o ato de restaurar e de conservar edificações são formas encontradas por seus habitantes para domesticar a passagem do tempo, fazendo da cidade um “cemitério de civilizações”, em outros a adesão ao ritmo de inovações e de modernizações impõe a destruição de antigos casarios, velhos bairros e paisagens de arrabaldes, na busca de recriar o caos primordial onde se celebra, com vigor, o renascimento de um novo corpo coletivo.

Portanto, no contexto, das grandes civilizações urbanas, o gesto do esquecimento (ruína) ou do desejo de transformação no “reformado” e revestido (domesticação da força efêmera do tempo e negação da morte), pode ser compreendido como o trabalho de deslocar o explícito (alegoria da caducidade)⁴ em uma nova ordem de significado, gerando um sentido outro para a instabilidade estética agora satisfatória e conciliadora com a obra do tempo descontínuo. Na lógica de uma memória moderna, pode-se encontrar aqui a tessitura da duração no cotidiano do lugar, implícita no ato do esquecimento (abandonar, destruir, restaurar).

A cidade, portanto, é um lugar de figurações de utopias que encerra a idéia de Civilização. Enquanto território de transmissão de saberes e de fazeres, a cidade revela-se um território fantástico capaz de ilustrar a forma como o pensamento do homem ocidental se traveste de um esquema cultural urbano para projetar os símbolos através dos quais organiza o mundo.

A idéia de preservar

Sob este ângulo, o debate atual sobre uma política de preservação e de conservação de bens culturais para as modernas sociedades urbano-industriais deveria contemplar as estruturas espaciais da cidade como tributária de uma fantástica transcendental através da qual o homem ocidental tem operado o seu conhecimento do mundo social e cósmico.

⁴ Inspiramo-nos em Walter Benjamin, “que, no lugar de conceitos, nos apresenta imagens” (1972: 346).

O debate das políticas culturais na área de preservação patrimonial ocupa hoje destaque nas agendas das instituições culturais em face do processo violento de destruição e de transformação da trama espacial urbana. Isto é, vivem-se hoje impasses significativos na definição de uma política de preservação e de conservação de bens culturais.

Na era da globalização, do tempo agitado, a necessidade de se projetar uma política de preservação, apropriação e construção de bens culturais exige, hoje, que se pensem os gestos de fundação da cidade na Grande Tradição ocidental e o lugar que aí ocupam os postulados do individualismo moderno. Trata-se, sem dúvida, de se precisarem os valores éticos e morais que sustentam a idéia de uma personalidade urbana livre, situada na encruzilhada de duas noções de liberdade: a da independência individual (nascida na Revolução Francesa), e a da formação de uma originalidade pessoal cuja fonte é a cultura cristalizada.

Do ponto de vista do patrimônio etnológico, atribuir uma política cultural para a preservação/conservação de um espaço construído implica inscrever a dinâmica das construções de sentido acumulados por uma comunidade urbana num sistema de leis e de regras. Estas incidem em formas de ser e de viver não-discursivas de seus grupos sociais, pois um espaço humanizado expressa formações culturais de sentido intrinsecamente construídas no plano de ações humanas não discursivas tanto quanto alude a configurações simbólicas cuja dimensão ética e estética se encontra em constante processo de criação.

Assim, trata-se do desafio de se ampliar a idéia de bens culturais para um noção que abrigue, no seu interior, uma totalidade maior de formas de o espírito humano se manifestar na intencionalidade de suas ações no mundo que não um conhecimento conceitual, isto é, um “saber cotidiano” que se nutre da instabilidade dos processos da vida coletiva nos quais se enraíza.

Como muitos antropólogos contemporâneos apontam, os bens patrimoniais que constituem uma cidade configuram-se não apenas num espaço construído e edificado, mas nos saberes, fazeres e tradições que se apresentam ordinariamente no interior das manifestações culturais de seus habitantes, os quais não são contemplados nos regulamentos propostos para uma política de defesa de patrimônio cultural no meio urbano.

As ações discursivas que fazemos acerca de uma política de

preservação e de conservação de bens arquitetônicos e urbanísticos de uma cidade – bens edificados que configuram uma paisagem urbana – enraízam-se no espaço dos seus territórios-mitos, criando, em seu contexto, uma hierarquia e configurando a cidade qualitativamente em lugares carregados de sentido.

Entretanto, parafraseando Sennet (1988), “a cidade pode ser o lugar onde é possível se unir aos outros”. Para tanto, há de se pensar que o patrimônio cultural tangível que configura a cidade industrial-moderna contempla, em seu interior, expressões intangíveis que lhe asseguram sentido tanto quanto àqueles que ela abriga.

Cotidiano acadêmico e patrimônio universitário

Certamente o valor da atividade acadêmica no mundo contemporâneo não se resume aos diplomas conferidos ou aos títulos publicados pelos cientistas, mas igualmente reside na sua contribuição para a defesa de territórios-mitos guardiões do sistema simbólico de referência identitária cultural e da memória coletiva de um povo. Como sugere Anthony Giddens (1991), um dos mais citados cientistas sociais da contemporaneidade, em face da negligência de políticas urbanas em relação ao patrimônio tangível e intangível importa cada vez mais estarmos atentos para a sustentabilidade das formas de criação e de recriação do senso de identidade de indivíduos e de grupos. Portanto, segundo este autor, a condição contemporânea do viver urbano nos remete sistematicamente à amnésia coletiva pela ameaça das perdas de referências de imagem e pela fragmentação das formas de sociabilidade e de complexidades institucionais que organizam o mundo social. A ameaça ao esquecimento não é, entretanto uma condição presente.

Reiterar a importância da permanência do patrimônio gerado pela vida universitária na cidade de Porto Alegre é reivindicar a duração de parte da matéria em que repousam as experiências de trajetórias de seus alunos – lembranças de uma cultura letrada que, transmitida na forma de patrimônio artístico, tecnológico e intelectual às novas gerações, alimenta não só a prática e a ação de rememorar a sabedoria de gerações, mas nutre igualmente a história da cultura escolar e universitária de um contexto urbano.

As propostas hoje na defesa patrimonial nos conduzem a refletir sobre a dialética *suus generis* na forma de como é possível se operar com a dimensão ética e estética dos estudos da memória, colocando em alto relevo os valores, as crenças, as tradições, as visões de mundo e os estilos de vida diferenciais, nos grandes centros urbano-industriais.

Significa pensar a história de uma instituição de ensino no contexto da sociedade abrangente contemporânea como reservatório concreto e efetivo de memórias coletivas e de vontades de indivíduos e de grupos que, compartilhando um mesmo território plural de existência, agem em conjunto e reinventam cotidianamente a sua condição humana primordial, na busca de eternizarem-se no tempo.

Buscando contribuir para a tradição acadêmica de refletir sobre a memória coletiva nas cidades brasileiras, desenvolvemos pesquisa sobre memórias coletivas e itinerários urbanos em Porto Alegre e em outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, através do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, sediado no Instituto ILEA/UFRGS, pesquisa apresentada na 25ª RBA⁵. E é deste lugar que tecemos, aqui, considerações sobre a importância etnográfica dos estudos de patrimônio urbano.

Memória universitária?

Memória da UFRGS é o título de uma obra publicada com os depoimentos de inúmeros professores e/ou ex-alunos que narram eventos e experiências que singularizam seus sentimentos de pertença ao contexto universitário.

Todos os depoimentos convergem em construir, nestas narrativas escritas, o relato das trajetórias e das experiências de diferentes gerações. Seja tratando dos primórdios históricos da Universidade, seja tratando dos tempos difíceis pelos limites de liberdade de expressão nas conjunturas ditatoriais, nunca conseguiram, pondera a historiadora Helga Picollo (1994: 35), “calar a Universidade”. Cada depoimento, dos inúmeros publicados e outros apenas gravados, apontam para uma Universidade em sistemático processo de construção, estruturação ou re-construção e re-estruturação de sua política educacional, de sua

⁵ Apresentado na Sessão de Pôsteres pelo aluno PIBIC/CNPq Henrique Palaver Dallago, recebeu menção honrosa.

estrutura universitária, de sua organização pedagógica, de seus projetos de pesquisa e de consolidação da produção incessante do conhecimento científico.

Carregados de emoção pelas lembranças do passado, o depoimento de Lauro Hagemann e as lembranças do ex-reitor Tuiscon Dick (em relato pessoal) acentuam trajetórias iniciadas em casas de estudante universitárias: infra-estrutura necessária para abrigar uma população diversa, oriunda de localidades interioranas, tendo, no ensejo do curso universitário gratuito em instituição federal, o projeto possível de aquisição de capital cultural e de conhecimento científico.

Em 1956, o professor Hagemann ingressou nos quadros da Rádio Universitária como redator, um dos prédios adotados no conjunto arquitetônico de recuperação. Relatando as dificuldades iniciais de desenvolvimento do projeto de radiodifusão universitária, o jornalista pondera que ainda hoje a Universidade Ihe parece um “monstro sagrado”: “hoje, vejo-a como uma instituição necessária, uma conquista da sociedade”. Segue o professor:

O saber, o conhecimento, todos os avanços do homem sobre a face do planeta são consequência do acúmulo e da transmissão do conhecimento e esse conhecimento não pode ser vendido nem comprado, ele é um patrimônio comum da sociedade humana e a Universidade representa o ápice dessa conquista (HAGEMANN, 1994: 339).

“Tempos de construção, de esperanças e de utopias”, como se refere o Professor Gervásio Rodrigo Neves (1994: 49), o tempo de “passar” na experiência universitária sugere que os cidadãos, de uma forma ou de outra, descubrem profundas relações com as instituições nas quais agem ou se relacionam.

Mas inserir-se na Universidade de alguma forma – diretamente como servidor ou como aluno, ou como simples relação urbana compartilhada – infere na consciência de um tempo passado. A instituição já estava lá, sua prática já estava estruturada, e o processo universitário já se situa como uma realidade construída para cada novo ingressante.

Recorrendo à nossa própria experiência vivida, respectivamente em 1975 e em 1976, podemos reconhecer estas passagens rituais de ingresso na organização educacional. Constituir-se como sujeito universitário é esta adesão cotidiana ao universo cultural e geracional

em que a socialização se dá pela interação em salas de aulas, pela organização em grupos de estudo, em vencimento de etapas e *curriculuns* para uma feliz continuidade como profissionais de pesquisa em antropologia.

Este espelhamento de nossas próprias trajetórias se entrelaça a outra dimensão que estetiza uma paisagem de pertencimentos, afetivos ou conflitivos. Rastros interpretados nos relatos de Enio Squeff (*Não somos apenas a utopia*), de Raul Pont (*O Bar da Filô*), de Pedro Cezar Dutra Fonseca (*Breve reencontro com a primeira pessoa*) ou de Gilka Girardelo (*Pelas beiradas da UFRGS*), entre tantos outros depoimentos, subsidiam a compreensão acerca da complexa rede de relações que um patrimônio universitário como o da UFRGS abriga. Como se expressa Girardelo (1994: 82), “muito mais gente vive uma universidade do que sugerem suas listas de diplomados”.

A história de cada indivíduo na UFRGS é igualmente a história das situações que ele traçou nos territórios urbanos, na cidade de Porto Alegre, no Campus Centro, no Campus médico, no Campus do Vale. É a ação desse sujeito nesses espaços que faz de cada episódio banal uma situação, para ele, de reinvenção de suas tradições, de seus sentimentos de pertença, de projeto social.

É por isso que concebemos a narrativa da estética dos fenômenos culturais como vinculadores dos estilos de conhecer e de viver nas cidades, que acomodam os jogos da memória de sua comunidade não só universitária, mas urbana de modo geral. O patrimônio edificado existente no Campus Centro da UFRGS representa, portanto, parte da construção social e histórica dos saberes técnicos e científicos que construíram o próprio patrimônio edificado local.

As obras de inúmeros arquitetos e engenheiros e de artistas plásticos e urbanistas formados nos bancos desta universidade foram, e ainda são, hoje, as marcas visíveis do entrelaçamento da memória deste território na conformação da atual paisagem urbana na cidade. É interessante parar para pensar sobre este espaço em que nos encontramos cotidianamente para nossas atividades acadêmicas. Que lugar patrimonial é este? Trata-se de um contexto universitário, e o vivemos rotineiramente quase sem apreendê-lo enquanto um lugar patrimonial, de nossa memória tecida na trajetória de formação de gerações de cientistas sociais. Seja no Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas a que pertencemos, seja no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados que nos abriga, estamos na UFRGS. Que estilo nos acolhe? Edificação moderna, funcional, estilo anos 1970, o patrimônio universitário vai constituindo história patrimonial junto ao espaço de origem de tudo – espaço que concentra a própria memória das formas urbanas que, ainda hoje, caracterizam a cidade de Porto Alegre, uma vez que o espaço conformado pela paisagem dos prédios do Campus Centro da UFRGS nos permitem remontar a épocas diferenciadas das práticas culturais de seus usuários.

Aderimos, aqui, a uma posição cultural e política de preservação do conjunto arquitetônico da UFRGS e, em especial, ao patrimônio que permite dimensionar o território mito e patrimônio etnológico urbano local como uma obra moldada pela ação dos que nela “habitam”, em especial dos técnicos e dos profissionais formados por esta universidade.

Na linha dos trabalhos do historiador Michel De Certeau (1994), talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história do cotidiano, do “invisível”, que insere o espaço universitário cotidiano na história urbana e industrial portoalegrense a partir da memória das práticas e dos saberes técnicos e científicos, os quais irão reverter para a vida cidadina local na criação de sua paisagem arquitetônica singular.

Pensar a matéria objetiva da memória coletiva que encerram as práticas culturais e sociais na área central de Porto Alegre é pensar o conjunto das edificações que nos abrigam. Como se pode constatar, sua importância é tal que estes espaços chegam a moldar, de forma decisiva, a noção de lugares de identidade (veste-se a camiseta) em contexto público onde se desenrolam importantes acontecimentos da vida urbana local. Tal território possui, portanto, uma “assinatura”, aquela inscrita pela história de seus usuários, representando, por tais motivos, seu laço de pertença à vida urbana portoalegrense.

Pertencer a uma geração de alunos, de professores ou de funcionários nos identifica aos contornos de um patrimônio universitário como um lugar de reconhecimento que parte de um dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano portoalegrense se torna um objeto de conhecimento para as comunidades urbanas locais, que “possuem”, assim, por sua vez, um direito a ele.

Defendemos aqui, portanto, uma linha de argumentação que sustenta a necessidade da reabilitação da idéia do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nos termos de um patrimônio etnológico, ou seja, que tenha por base as heterodoxias do passado, salvaguardando o essencial de uma memória coletiva urbana, segundo a multiplicidade de seus suportes e a imensa vitalidade silenciosa de seus símbolos. Não se trata mais de pensar o respeito aos objetos restaurados, mas aos beneficiários da restauração. Nesta política de autores, os habitantes das grandes cidades e seus sistemas de práticas devem ser valorizados ao invés de desapropriá-los de seus objetos de lembranças, como normalmente ocorre na “economia da restauração”, segundo suas leis de mercado.

Numa “prospectiva urbana”, este nosso depoimento para atentarmos ao nosso espaço cotidiano de pertença acadêmica caracteriza-se como parte integrante das cadeias de gestos e de relatos de inúmeros habitantes da cidade de Porto Alegre, reconhecendo-se neles as próprias invenções de saberes e de fazeres tecnológicos responsáveis pela modernização de sua paisagem urbana e industrial tal qual a conhecemos hoje.

Inspiradas mais uma vez em De Certeau (1964), afirmamos que as histórias dos lugares é que os tornam “habitáveis”, sendo que, sem estas histórias, eles se tornam desertos. Por outro lado, arrancar os registros de memórias dos “solos onde desabrocham”, é destruir parte deste processo; fomentar ou restaurar esta narratividade é, portanto, também tarefa de restauração.

Reminiscências

Nossas primeiras aulas como alunas do curso de Ciências Sociais e de História, respectivamente, nos idos anos 1970, deram-se no antigo prédio da Filosofia, como é hoje reconhecido o prédio ao lado da Reitoria.

Naquela época, a UFRGS se concentrava privilegiadamente no Campus Centro, no seio da capital, “localizado em área nobre no coração de Porto Alegre, formado por edifícios, quase todos monumentais, ainda hoje abrigando dependências didáticas da UFRGS” (SOARES [1986] *apud* HASSEN 1996: 90).

No seu surgimento, a novidade arquitetônica transformou a paisagem porto alegreense, caracterizada ainda por ruas estreitas, com calçamentos irregulares. Uma matéria do Diário de Notícias de 1935 noticia essas mudanças estéticas:

A cidade da universidade de Porto Alegre (...). Velhos pardieiros foram demolidos e em seu lugar construídos prédios majestosos, alguns arranha-céus e edifícios de belas linhas arquitetônicas. Bairros inteiros se formaram e o número de construções novas aumentava cada vez mais (...). (*In*: HASSEN 1996: 107).

Os medos urbanos da época conheciam na higienização, na iluminação, na urbanização, na industrialização – enfim, na modernização – os ideais de uma sociedade engajada a progredir na flecha progressista do tempo. A Porto Alegre da *belle époque* constrói aos poucos os símbolos que qualificam seu *ethos* e *habitus* cotidianos: o *footing*⁶ na rua da praia, os cafés, os bondes, os bailes na reitoria da UFRGS, as reuniões dançantes no CEUE da Medicina ou da Odontologia, as formaturas pomposas abrigando figurinos da época e etiquetas singulares de uma camada média que conquista, na conjuntura getulista, a realização de projetos de ascensão social e cultural⁷ na consumação de faculdades e de cursos técnicos promovidos pela UFRGS.

O Campus Centro torna-se logo espaço de rotinas, de cotidianos acadêmicos, de debates na Filô e no bar do João, como também de efervescências políticas lembradas nos documentos históricos e nos depoimentos de ex-professores e de ex-alunos. Seja nos cem anos da Revolução Farroupilha, festejos abrigados no campo da Redenção atingindo a área do *campus* universitário com eventos e comemorações; seja nos anos de chumbo com a dramática ruptura da liberdade de pensamento e de expressão, o espaço do campus é cenário da cultura política.

6 “O chamado *footing* na Rua da Praia era antigo hábito entre rapazes e moças, que perdurou em Porto Alegre até os anos 60. Consistia em passeios, a determinadas horas, sem maiores compromissos, a não ser tentar algum namoro, ver o movimento ou por simples passatempo”. Almanaque Gaúcho, “Túnel do Tempo” de Antônio Goulart. Zero Hora. Porto Alegre, 23 de outubro de 2000 (pp. 54).

7 Seguimos os preceitos de Pierre Bourdieu, para quem a noção de classe social ou de “segmentos médios” deve ser apreendida tanto a partir da posição e da situação na estrutura social quanto dos bens simbólicos e do capital cultural referentes às relações entre as classes, uma vez que se relacionam ao mundo representacional que os atores conferem a suas posições de pertencimento (BOURDIEU, 1974).

A Universidade que nascera para o diálogo aos discípulos conhecia, na dramática do terror, o lugar da proibição, da vigilância da fala, do olhar, do escutar clandestino, ameaçado pela repressão e pela prática da tortura ditatorial. Como testemunha o presidente do CEUE entre 1972 e 1973, engenheiro Pedro Bisch Neto, “a grande tarefa era ainda manter o movimento acadêmico, era tentar a todo custo salvar o que era possível” (*In*: HASSEN, 1996: 169) – sem dúvida uma época fatídica – relata Bruno Mendonça Costa, médico pela UFRGS e presidente da FEURGS dos anos 1960 – que marcou a trajetória profissional e política de toda uma geração. Afinal, testemunha esta geração, estes anos são tempos de “caça as bruxas”, de ditadura, de AI-5 (COSTA GUEDES & SANGUINETTI, 1994: 83), de expulsão de professores, de desaparecimento de alunos, mas igualmente de indignação que alimenta uma cultura universitária que socializa uma nova geração contra-hegemônica.

As reformas universitárias são executadas, como a promulgação da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixava, então sob a jurisdição do Ministro da Educação Tarso Dutra, “as normas de organização e funcionamento de ensino superior, lei que até hoje rege a Universidade brasileira” (LEITE, 1993: 83). Em seguida, em 1969, era introduzido o regime de trabalho integral do corpo docente, valorizando a produção departamental e os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O espaço da Universidade vai, assim, abrigando uma geração inquieta e transformada pela internacionalidade de novos paradigmas e padrões culturais: o movimento feminino e o movimento sindical internacional, o movimento estudantil internacional, os movimentos nacionalistas, tudo gera um senso crítico de base universal e popular. O espaço da Universidade é o *locus* de debates por mudança, de organizações e de movimentos que buscam, no confronto do poder estatal, sair da invisibilidade para promover o conhecimento da situação social e política de um país.

Bruno Mendonça Costa relata a transformação das atitudes nos campus universitário na época: “greves, discursos em todos os níveis, discussões intermináveis sobre os objetivos de uma universidade num país subdesenvolvido” (*Idem*: 84). Érico Veríssimo, lembram os parceiros de geração, recusou o título de Doutor *Honoris Causa* que a reitoria de

1968 a 1972 queria conferir-lhe. Publicamente, divulga sua recusa como recriminação aos interesses dirigentes da Universidade, que partilhavam de projetos da ditadura militar e aderiam às reformas de ensino segundo modelos referendados pelo governo norte-americano (em 1972, a UFRGS remodela-se pelo acordo MEC-USAID), sem uma postura crítica e avaliativa.

No espaço do Campus Centro, em torno do RU, da Filô, dos corredores da Faculdade de Arquitetura e da Engenharia, e no DCE da UFRGS, estudantes e professores buscavam lidar com o medo da repressão. A morte de um estudante de Engenharia da UFRGS em 1970, preso pela DOPS-RS em 1969 (MATZEMBACHER, 1994: 148), a todos indignava, pois mais um nome se inscrevia numa longa lista de calados, presos e torturados nos centros de teatros, em instituições jornalísticas, em escolas, em igrejas, nos bastidores políticos, nos subterrâneos da cidade. Não denunciar o colega foi, para muitos, o único pequeno gesto de resistência face aos inquéritos a que muitos foram coagidos. É nesta ambiência de desconfianças e de insegurança que, para tantos outros, restou a fuga, o exílio, para apenas anos mais tarde, no sopro de tempos mais democráticos, retornarem como professores⁸, sendo que muitos, nos últimos anos e hoje, se destacam no quadro político nacional.

No fluxo da abertura democrática nacional, a representação estudantil ganha proporcionalidade nos órgãos diretivos, as federações e sindicatos se solidificam em representar a cidade universitária frente à comunidade jurídica e política. Pequenos atos de rebeldia vão conquistando destaque na imprensa cidadina: “mais restaurantes”, “pela qualidade de ensino”, “por uma casa de estudante mista”, “pela volta de professores cassados”, “por uma biblioteca central ou pelo patrimônio universitário” – as manifestações tomam formas mais administrativas e institucionais nas escolhas proporcionais de diretores, reitores e outros representantes. A despeito da movimentação política, a representação estudantil nem sempre era respeitada, como demonstra o acontecimento ocorrido em setembro de 1988, definido pelo noticiário jornalístico como “triste episódio” pela reação da classe estudantil à escolha, por parte do Ministério da Educação, do segundo professor

8 Recorrer a Costa Guedes e Sanguinetti, 1994.

indicado a cargo de reitor em lista sêxtupla, tendo os alunos invadido o CONSUN com a reação, pela primeira vez, da política adentrando no espaço universitário para contenção da discórdia – uma “tragicomédia”, define Henrique Castro (1994: 163) frente ao incidente.

Mas a *Universitas* toma forma e gosto com os novos ares democráticos e cede à demanda de novos campos profissionais, de novas especializações, de turnos diversos e de maior número de vagas para a cidade.

Programas de pós-graduação e uma estrutura de pesquisa científica se institucionalizam voltados para a formação de cientistas brasileiros. Os salões de iniciação científica se proliferam nas salas da Arquitetura, da Educação, da Medicina, da Engenharia, etc. Certamente, como o relata o premiado Prof.º Salzano “da Genética”, “fazer ciência no Brasil ainda é uma questão de heroísmo. As verbas disponíveis são reduzidas e geralmente chegam tarde, problemas simples de infra-estrutura não são apropriadamente resolvidos, e vive-se em constante sobressalto”. Mas esta parece ser a dinâmica da produção acadêmica em um país de dependências econômicas, pondera o professor, tendo neste valor – heroicidade – o re-encontro com a arte de saber-fazer, de transmitir e de gerir novos conhecimentos ao gratificar-se com “o acompanhamento da formação e crescimento intelectual dos jovens” (SALZANO, 1994: 214).

Ambiente de troca, de camaradagem, de debate, de criação, o *topos* universitário se abre e é aberto pela comunidade abrangente para a formação de sujeitos mais éticos, na busca do diálogo constante na construção coletiva de uma cidade que abriga as diferenças, as igualdades, as identidades, as lógicas, desejos, erros, acomodando, numa estética criativa, os projetos individuais e coletivos que enraízam, no patrimônio conservado, a arte de viver a efemeridade do tempo.

Fechando este testemunho

Ao refletir-se sobre a importância etnográfica e social do conjunto arquitetônico em questão, poder-se-ia argumentar por que não aderir privilegiadamente à destruição patrimonial, uma vez que a re-criação e inovação é ato sistemático e re-inventivo da condição humana. Talvez a razão mais lógica seja a afetiva, se recorrermos a Walter Benjamin e a seu conceito de memória involuntária retirado da obra de Proust. É

porque conhecer a história da cidade e, no caso, a história da cidade universitária é poder enraizar, em territórios de pertencimento, em espaços vividos, o nosso sentimento de pertença, nossa consciência de autoria em uma cidade histórica, que abriga sua memória coletiva. Ao mesmo tempo, o direito à consciência do nosso passado permite o fluxo temporal das re-invenções cotidianas, das alteridades geracionais que compartilham, na descontinuidade temporal, as marcas patrimoniais de valores arraigados e referências identitárias, uma vez que a cultura é dinâmica e se transforma no processo histórico de indivíduos e de grupos sociais.

Se o papel da Universidade é a vitalização da aprendizagem, o fomento do ensino e a transmissão do saber, importa acentuar que sua materialidade não abriga apenas uma infra-estrutura sempre insuficiente, sempre em projeto, sempre em construção, mas é onde habitam as imagens de pertença, de trajetória, de histórias cidadãs, de relação com a dinâmica da cidade que se transforma.

Reformar prédios abandonados frente às dificuldades de um país marcado pela desigualdade pode parecer contraditório se não atentarmos para as razões simbólicas de um povo durar na sua cultura singular. Nossa civilização ocidental se inscreve humanitariamente nestas produções arquitetônicas, que permitem fazer durar os códigos e sentidos de existência que futuras gerações certamente merecem herdar.

Neste ponto, é importante reter que o destino da cidade na História nos ensina que ela é lugar de uma elaboração ética progressiva da vida social construída pelo Ocidente. Preservar e valorizar bens culturais e patrimoniais só tem sentido se pensarmos tais bens no corpo de memórias coletivas negociadas e não a concebemos como mero território de reativação de tradições perdidas e da nostalgia do passado.

Referências Bibliográficas

ASSAY, Pierre & SCHOONBRODT, René. **Penser la Ville, choix des textes philosophiques**. Paris: AAM, 1989.

BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas volume III. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CASTRO, Henrique C. O. “A invasão da reitoria e a posse do reitor: uma tragicomédia em três atos”. *In*: GUEDES, Paulo Coimbra & SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). **UFRGS: Identidade e memórias.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno.** São Paulo: Mercuryo, 1992.

GUEDES, Paulo Coimbra & SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). **UFRGS: Identidade e memórias.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GIRARDELO, Gilka. “Pelas beiradas da UFRGS”. *In*: GUEDES, Paulo Coimbra & SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). **UFRGS: Identidade e memórias.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

HAGEMANN, LAURO. “Nossa Universidade”. *In*: GUEDES, Paulo Coimbra & SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). **UFRGS: Identidade e memórias.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra (org). **Escola de Engenharia/ UFRGS – UM SÉCULO.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Fogos de Bengala nos céus de Porto Alegre.** A Faculdade de Medicina faz 100 anos. Livro comemorativo ao centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1898-1998). Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

LEITE, Denise *et alli*. **Universidade e ensino de graduação.** Memória e caracterização na UFRGS e na UFPEL. Pelotas: Editora da UFPEL, 1996.

LEITE, Luiz Osvaldo. “Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Subsídios Históricos”. *In: IFCH publicação comemorativa. 50 anos Filosofia e Ciências Humanas, 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993 (pp. 81-104).

MATZEMBACHER, Luiz Oscar. “O decreto 477 e a morte de um estudante”. *In: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (orgs.). UFRGS: Identidade e Memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: editora da Universidade, 1994.

NEVES, Gervásio Rodrigo. “Tempos de construção, de esperança e de utopias”. *In: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (orgs.). UFRGS: Identidade e Memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: editora da Universidade, 1994.

NORBERG-SCHULZ. **El significado en la arquitectura occidental**. Buenos Aires : Summa, 1980.

PICCOLO, Helga I. L. “Lembranças (d)e vivências”. *In: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (orgs.). UFRGS: Identidade e Memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: editora da Universidade, 1994 (pp. 31-35).

SALZANO, Francisco M. “Dificuldade e delícias de um pesquisador no terceiro mundo”. *In: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (orgs.). UFRGS: Identidade e Memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: editora da Universidade, 1994 (pp. 31-35).

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA UFRGS. **O Patrimônio Histórico é de todos nós**. Porto Alegre [Folder].

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida Mental”. *In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

<http://www.predioshistoricos.ufrgs.br> (consulta sistemática).